Vereadores defendem ação intensiva contra mosquito

Assunto:

Plenário

Vereadores defendem ação intensiva para combater Aedes em BH. Foto: Barbara Crepaldi/ CMBH

Os perigos trazidos pela proliferação do mosquito Aedes aegypti, que além da dengue ameaça a população com a transmissão das febres zika e chikungunya, esteve na pauta de discussão dos vereadores da Câmara de BH, em reunião plenária ocorrida nesta terça-feira (2/2). A situação epidemiológica do país e os números da dengue em Belo Horizonte preocupam os vereadores, que pediram ações concretas da população e do poder público no enfrentamento do inseto.

De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Saúde, o Brasil registou mais de 1,6 milhão de casos de dengue em 2015. Só em Minas Gerias, além disso, 69 mortes pela doença foram confirmadas no período, contra 51 ocorridas no ano anterior. Especificamente em Belo Horizonte, de acordo com dados divulgados pela prefeitura, foram confirmados quase 16 mil casos da doença ao longo de 2015. Só em 2016 já são 750 casos confirmados, mas haveria registro de cerca de outros 4.300 suspeitos.

Da tribuna do Plenário, o vereador Gilson Reis (PCdoB) lamentou a situação e afirmou que a administração municipal deveria ter tomado medidas mais firmes, já no ano passado, para mitigar a doença. O parlamentar cobrou ainda novas intervenções do poder público para fazer frente ao Aedes, levando em conta o fato de que os meses de abril a maio concentram parte importante dos registros doença. No ano passado, por exemplo, segundo números divulgados pela própria PBH, 75% dos casos confirmados de dengue se concentraram nesse período.

Também manifestando preocupação com a proliferação do Aedes, o vereador Preto (DEM) defendeu que a população da cidade some esforços com o poder público na eliminação dos mosquito, desenvolvendo ações simples, mas importantes no cotidiano, como a supressão de garrafas, pneus e outros recipientes que podem acumular água e servir como criadouro do inseto.

Transporte de passageiros

O funcionamento de serviços de transporte de passageiros, como o Uber, tema de debates acalorados na cidade e alvo de protesto por parte de taxistas, que afirmam sofrer concorrência desleal, também repercutiu em Plenário. O vereador Pablito (PSDB) afirmou que entrou com mandato de segurança preventivo para garantir que motoristas que prestam serviços por meio do sistema não sejam penalizados e possam continuar em atividade normalmente, a despeito de lei aprovada pelo Plenário da Câmara, no ano passado. No entendimento do parlamentar, que votou contrário ao texto, a norma seria inconstitucional. Pablito comemorou ainda a concessão de liminares por parte de Varas da Fazenda Pública de Belo Horizonte, resguardando o direito de pelo menos três motoristas de continuarem prestando serviços por meio do aplicativo.

Veja o vídeo na íntegra.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Terça-Feira, 2 Fevereiro, 2016 - 00:00